

Notícias de interesse da segurança pública em tramitação nos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, no plano federal, na semana do dia 02 a 06 de abril de 2018.



1.1 COMISSÃO DE SEGURANCA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Relator deve apresentar nesta terça parecer sobre propostas para a segurança pública

O grupo de trabalho criado na Câmara para listar propostas prioritárias para a área de segurança pública reúne-se nesta terça-feira (3) para apresentação, discussão e votação do parecer do relator, deputado Cabo Sabino (PR-CE).

O relatório deve trazer as principais propostas escolhidas pelos integrantes do colegiado, agrupadas de acordo com temas. Cabo Sabino citou algumas áreas como sistema prisional, tráfico de drogas, tráfico de armas e facções criminosas.

Câmara lança livro sobre segurança pública

Obra foi elaborada pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Casa, com a participação de especialistas de várias universidades do País

A Câmara dos Deputados lança, nesta terça-feira (3), o livro "Agenda de Segurança Cidadã: por um novo paradigma". A publicação tem como relatores os deputados Paulo Teixeira (PT-SP), Rubens Otoni (PT-GO) e Ronaldo Benedet (PMDB-SC). O evento será realizado às 11 horas, no Salão Nobre da Casa. A obra foi elaborada pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Cedes), com a participação de 15 especialistas de diversas universidades do País. As discussões duraram dois anos e, nesse período, foram realizados 15 encontros entre reuniões técnicas, audiências públicas, seminários e oficinas, em Brasília, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Grupo de trabalho deve analisar nesta terça relatório sobre segurança pública

O grupo de trabalho criado na Câmara para listar propostas prioritárias para a área de segurança pública reúne-se nesta terça-feira (3) para apresentação, discussão e votação do parecer do relator, deputado Cabo Sabino (PR-CE). O relatório deve trazer as principais propostas escolhidas pelos integrantes do colegiado, agrupadas de acordo com temas. Cabo Sabino citou algumas áreas como sistema prisional, tráfico de drogas, tráfico de armas e facções criminosas. A reunião do grupo de trabalho, que é coordenado pelo deputado Alberto Fraga (DEM-DF), está prevista para as 15 horas, no plenário 8.

Grupo de Trabalho de Segurança Pública escolhe 15 projetos prioritários para votação

O Grupo de Trabalho de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (3) prioridade para a tramitação com urgência de 15 projetos de lei. O objetivo é intensificar o combate à criminalidade no país. Os integrantes do grupo aprovaram o relatório do deputado Cabo Sabino, do partido Avante-CE. Entre os projetos, destacam-se os que propõem a revogação do Estatuto do Desarmamento (PL 3722/12), a qualificação dos integrantes de facções criminosas como terroristas (PL 9555/18), a reformulação da Lei de Execução Penal (PL 9525/18), a criação do regime



penitenciário de segurança máxima (PL 7223/06) e o uso de chips para identificação das armas de fogo em uso no país (PL 997/11), dentre outras.

Deputados querem convocar generais responsáveis pela segurança no Rio

Os generais Walter Souza Braga Netto, que comanda a intervenção federal na segurança do estado; e Richard Fernandez Nunes, novo secretário de segurança, não compareceram a audiência pública da comissão externa que acompanha a intervenção

O general Walter Souza Braga Netto, que comanda a intervenção federal na área de segurança pública do Rio de Janeiro, e o novo secretário de segurança pública do estado, general Richard Fernandez Nunes, poderão ser convocados em breve a comparecer à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Sancionadas duas leis para coibir violência contra a mulher

Duas leis para o combate à violência contra a mulher foram sancionadas nesta terça-feira (4). A Lei 13.642/18, originada do PL 4614/16, delega à Polícia Federal a atribuição de investigar crimes associados à divulgação de mensagens de conteúdo misógino (que propagam ódio ou aversão às mulheres) pela internet. O projeto é da deputada federal Luizianne Lins (PT-CE) e altera a Lei 10.446/02. Ao atribuir a investigação desses crimes à PF, a lei tem o objetivo de coibir a ocorrência de casos como o da ativista feminista Lola Aronovich, professora de Literatura em Língua Inglesa na Universidade Federal do Ceará (UFC) e autora do blog Escreva Lola Escreva. Ela foi vítima de ataques e ameaças online no ano passado, sem que a polícia conseguisse identificar os responsáveis.

<u>Legislativo inicia curso de especialização em Justiça Social, Criminalidade e Direitos</u> Humanos

A Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Tribunal de Contas da União (TCU) iniciaram nesta quarta-feira (4) o curso de especialização *lato sensu* "Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos". Uma cerimônia no Auditório Petrônio Portella, do Senado, contou com uma aula magna do diplomata japonês Yukio Takasu. Ele é conselheiro especial do secretário geral da Organização das Nações Unidas (ONU) para Assuntos de Segurança Humana e representante do Fundo das Nações Unidas para Segurança

Proposta muda Código Penal para agravar pena para crimes cibernéticos

A Câmara dos Deputados analisa mudanças no Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) para agravar a pena aplicada a quem comente crimes cibernéticos – praticados por meio eletrônico. Pelo texto, a agravante será aplicada quando o crime for praticado contra ou por meio de computador ou outro dispositivo de comunicação ou sistema informatizado ou de telecomunicação conectado ou não à internet. É o que prevê o Projeto de Lei 8747/17, deputado Laudivio Carvalho (Pode-MG). O parlamentar lembra que, em 2016, os crimes cibernéticos atingiram 42,4 milhões de pessoas no Brasil, causando um prejuízo total de US\$ 10,3 bilhões.

Projeto cria cadastro de pessoas condenadas por crime de corrupção

A Câmara analisa o Projeto de Lei 8356/17, do deputado Heuler Cruvinel (PSD-GO), que cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Corrupção.

O cadastro conterá, no mínimo, os seguintes dados: características físicas e dados de identificação datiloscópica dos condenados; DNA; fotos; local de moradia e atividade laboral desenvolvida, nos últimos cinco anos, dos condenados que esteja em livramento condicional.

"No campo da prevenção, a informação é ferramenta essencial, pois permite o planejamento de ações que tenham o potencial de evitar a ocorrência de eventos criminosos", justifica Cruvinel.



1.3 POLÍTICA

Câmara instala hoje suas comissões permanentes

A Câmara dos Deputados instala 25 comissões permanentes nesta terça-feira (3). A instalação estava prevista para semana passada, mas foi adiada.

CCJ elege o deputado Daniel Vilela como presidente

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) acaba de eleger como presidente o deputado Daniel Vilela (PMDB-GO).

A Câmara dos Deputados deve instalar hoje 10 das 25 comissões permanentes. Os nomes indicados pelos partidos deverão ser ratificados em eleições nesta tarde.

A instalação da Comissão de Desenvolvimento Econômico, prevista para hoje, foi adiada para amanhã, às 9h. Outras 12 comissões também elegerão os presidentes amanhã; e as 2 restantes, na próxima semana.

Começa sessão do Congresso para analisar 16 vetos presidenciais

Iniciou-se a sessão do Congresso Nacional destinada a analisar 16 vetos presidenciais a projetos de lei ou a projetos de lei de conversão de medidas provisórias. Entre os vetos que poderão ser votados destaca-se o veto total ao Projeto de Lei Complementar 171/15, que permite o parcelamento em 180 meses, com redução de juros e multas, das dívidas das empresas participantes do Simples Nacional. Há um consenso entre os parlamentares e o governo pela derrubada do veto.

Parlamentares começam a votar vetos por meio de cédulas com leitura eletrônica

O Congresso Nacional iniciou a Ordem do Dia da sessão destinada a analisar 16 vetos presidenciais a projetos de lei ou a projetos de lei de conversão de medidas provisórias. Os parlamentares começam agora a entregar seus votos na forma de cédulas com leitura eletrônica. Inicialmente, foram destacados para votação pelo painel eletrônico oito vetos, entre os quais o veto total ao Projeto de Lei Complementar 171/15, que permite o parcelamento em 180 meses, com redução de juros e multas, das dívidas das empresas participantes do Simples Nacional

Comissões mais importantes da Câmara, CCJ e CFT elegem presidentes

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania elegeu o deputado Daniel Vilela (PMDB-GO) para presidir os trabalhos ao longo deste ano. José Priante (PMDB-PA) foi eleito primeiro vice-presidente.

Daniel Vilela afirmou que pretende comandar uma comissão tão ativa quanto foi a CCJ no ano passado, mesmo sendo este um ano eleitoral, quando o ritmo diminui.

"Mesmo com todos os desafios políticos que o país passa, eu penso que todos aqui têm responsabilidade e terão condição de promover e continuar essa produtividade que tivemos em 2017", disse.

Mantido veto a penas alternativas para motorista alcoolizado que cometer homicídio

A Câmara dos Deputados manteve, por insuficiência de votos, o veto parcial ao Projeto de Lei 5568/13, transformado na Lei 13.546/17, que aumenta de dois a quatro anos para quatro a oito anos de reclusão a pena de quem praticar homicídio culposo na direção de veículo sob efeito de álcool ou drogas.



Para derrubar o veto, eram necessários 257 votos, mas apenas 254 deputados optaram pela recusa do veto. Outros 50 deputados quiseram mantê-lo.

Como para ser derrubado, o veto precisa do voto contrário da maioria absoluta de ambas as Casas do Congresso Nacional, o veto não será analisado pelos senadores.

Instaladas mais três comissões mistas para analisar medidas provisórias

Foram instaladas nesta quarta-feira (4) três comissões mistas para a análise das medidas provisórias 820/18(imigração de venezuelanos), 821/18 (Ministério da Segurança Pública) e 822/18 (isenção tributária para passagens oficiais).

O senador Paulo Paim (PT-RS) e a deputada Bruna Furlan (PSDB-RS) foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente do colegiado que vai examinar ações de assistência emergencial a estrangeiros que se refugiam no Brasil. Esse é o tema da Medida Provisória 820/18.

A MP é voltada, inicialmente, para o atendimento dos venezuelanos que estão migrando em massa para Roraima. Designado relator, o deputado Jhonatan de Jesus (PRB-RR) destacou que a ideia é propor um relatório que estabeleça critérios mínimos para a entrada e para o acolhimento de migrantes no País. "Não queremos fechar a fronteira, queremos estabelecer o controle", observou.

Na Rádio Câmara, deputados avaliam decisão do STF que negou habeas corpus a Lula

Os deputados João Campos e Rubens Pereira Júnior, integrantes da comissão especial que discute o novo Código de Processo Penal, divergiram na avaliação sobre o resultado

Em entrevistas ao programa "Com a palavra", da <u>Rádio Câmara</u>, parlamentares comentaram nesta quinta-feira (5) a decisão do Supremo Tribunal Federal de negar, por 6 votos a 5, a concessão de habeas corpus preventivo contra a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os deputados João Campos (PRB-GO) e Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA), integrantes da <u>comissão especial que discute o novo Código de Processo Penal</u> (PL <u>8045/10</u>, do Senado), divergiram na avaliação sobre a decisão do STF.

Em nota oficial, Rodrigo Maia defende respeito à ordem institucional ao comentar mandado de prisão de Lula

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, divulgou há pouco posicionamento sobre o mandado de prisão ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo Maia, aqueles que têm responsabilidade pública não podem celebrar a ordem de prisão de um ex-presidente da República. O presidente da Câmara ressalvou, porém, que o mandado de prisão decorreu de um processo submetido "à mais alta Corte do Poder Judiciário, em que foi respeitado o amplo direito de defesa".

Nesta quinta-feira (5), o juiz Sérgio Moro determinou a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, condenado em duas instâncias da Justiça no caso do trĺplex em Guarujá (SP).

1.7 AGENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Agenda da semana SEGUNDA-FEIRA (9)

11 horas



Comissão Externa sobre os Assassinatos de Marielle Franco e Anderson Gomes

Audiência pública.

Foi convidada a vereadora Talíria Petrone da Câmara Municipal de Niterói (RJ). Sala da Presidência da Câmara Municipal de Niterói

14 horas

Plenário

Sessão de debates.

Plenário Ulysses Guimarães

TERÇA-FEIRA (10)

9 horas

<u>Frente Parlamentar Mista da Geografia, Estatística e Meio Agroambiental (GEMA) em</u> parceria com IBGE

Seminário para apresentação de um panorama atualizado do Censo Agro 2017 e perspectivas para o Censo Demográfico 2020.

Auditório Nereu Ramos

9h30

Comissão Geral

Debate sobre os impactos dos desinvestimentos da Petrobras na indústria nacional e as consequências na economia da Bahia e de Sergipe.

Plenário Ulysses Guimarães

10 horas

<u>Câmara dos Deputados</u>

Abertura da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Participarão do encontro deputados e deputadas de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Mocambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

O evento continua na quarta-feira (11).

Plenário 9

14h30

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Reunião para dar conhecimento da designação do relator do processo 24/18, em desfavor do deputado Alberto Fraga (DEM-DF); continuação da discussão e votação dos pareceres preliminares referentes aos processos 19/18, em desfavor do deputado Celso Jacob (PMDB/RJ), relator deputado Sandro Alex (PSD-PR); 17/18, em desfavor do deputado Lúcio Vieira Lima (PMDB-BA), relator deputado Hiran Gonçalves (PP-RR); 18/18, em desfavor do deputado Paulo Maluf (PP-SP), relator deputado João Marcelo Souza (PMDB-MA); e 20/18, em desfavor do deputado João Rodrigues (PSD-SC), relator deputado Ronaldo Lessa (PDT-AL). Plenário a definir

14h30

Comissão Especial sobre Enfrentamento ao Homicídio de Jovens (PL 9796/18)

Votação de requerimentos.

Plenário 16

14h30

Comissão Especial sobre a Privatização da Eletrobras (PL 9463/18)

Discursão do plano de trabalho e votação de requerimentos.

Plenário 5

14h30

Comissão Especial da Nova Lei de Licitações (PL 1292/95)



Audiência pública para debater o PL 1292/95 e apensados; e votação de requerimentos. Foram convidados, entre outros, o presidente fundador da Confederação Nacional de Serviços – CNS, Luigi Nesse; o presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Consultores de Engenharia (ABCE), Ricardo Gomes; e o integrante do Conselho Temático de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria (Coinfra/CNI), José Eugenio Souza de Bueno Gizzi. Plenário 13

14h30

Comissão Mista sobre a MP 810/17

Medida provisória que fortalece a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias da informação e comunicação.

Continuação da apreciação de relatório do deputado Thiago Peixoto (PSD-GO).

Plenário 2 da ala Nilo Coelho, Senado

14h30

Comissão Mista sobre a MP 817/18

Medida provisória que regulamenta a inclusão de servidores de ex-territórios nos quadros da União.

Continuação da apreciação de relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Plenário 3 da ala Alexandre Costa, Senado

14h30

Comissão Mista sobre a MP 820/18

Medida provisória que trata do acolhimento de estrangeiros que se refugiam no Brasil para escapar de crises humanitárias.

Apreciação do plano de trabalho.

Plenário 6 da ala Nilo Coelho, Senado

15 horas

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Reunião de Coordenadores de Bancada.

Sala da presidência da comissão

15 horas

Comissão Mista sobre a MP 811/17

Medida provisória que autoriza empresa pública a vender diretamente petróleo do pré-sal da União.

Apreciação do relatório do senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE).

Plenário 9 da ala Alexandre Costa, no Senado

15 horas

Comissão Externa sobre a Intervenção Federal na Segurança Pública do RJ

Reunião com o interventor Federal na Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro, General Braga Netto; e com o secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, General Richard Nunes. Ministério da Defesa

15 horas

Comissão Externa sobre os Assassinatos de Marielle Franco e Anderson Gomes

Reunião com o interventor Federal na Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro, General Braga Netto; e com o secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, General Richard Nunes. Ministério da Defesa

16 horas

Votações em Plenário

A pauta inclui, entre outros itens, o projeto sobre cadastro positivo de consumidores (PLP 441/17) e



a criação de mandato para presidente e diretores do Banco Central (PLP 200/89) . Plenário Ulysses Guimarães

17h30

Centro de Estudos e Debates Estratégicos

Lançamento da publicação "Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: potencialidades e desafios".

Salão Nobre

QUARTA-FEIRA (11)

8 horas

Frente Parlamentar Mista em Defesa da Indústria Química

Café da manhã para debater o tema: "Por que o Brasil precisa de gás para crescer?" Sala Vip do restaurante no 10º andar, no Anexo 4

9 horas

Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa das Crianças e Adolescentes

Café da manhã para o lançamento do Caderno Legislativo "Publicidade Infantil" O documento, elaborado pelo Instituto Alana, atualiza os projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional sobre o tema.

Salão Nobre

9h30

Comissão de Defesa do Consumidor

Votação de requerimentos.

Plenário 8

10 horas

Comissão de Minas e Energia

Eleição dos vices-presidentes; e votação de projetos e requerimentos.

Plenário 14

10 horas

Comissão de Seguridade Social e Família

Eleição para o cargo de 2º vice-presidente; e votação de projetos e requerimentos.

Plenário 7

10 horas

Comissão de Viação e Transportes

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 11

10 horas

Comissão de Desenvolvimento Urbano

Instalação e eleição do presidente e vices-presidentes.

Plenário 16

10 horas

Comissão de Educação

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário a definir

10 horas

Comissão de Finanças e Tributações

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 4



10 horas

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 9

10 horas

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 6

10 horas

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 1

10 horas

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Instalação dos trabalhos e eleição do presidente e vice-presidentes.

Plenário 2

10 horas

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços

Descerramento da galeria de imagens dos ex-presidentes da comissãoe e eleição do presidente e vice-presidentes.

Plenário 5

10 horas

Comissão de Cultura

Instalação dos trabalhos e eleição do presidente e vice-presidentes.

Plenário 10

10 horas

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Instalação dos trabalhos e eleição do presidente e vice-presidentes.

Plenário 13

10 horas

Comissão de Legislação Participativa

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 3

10 horas

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Instalação dos trabalhos e eleição do presidente e vice-presidentes.

Plenário 15

10 horas

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Votação de requerimentos.

Plenário 3

10 horas

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Pauta remanescente da reunião anterior.

Plenário a definir

10 horas

Comissão Mista sobre a MP 819/18



Medida provisória que autoriza a União a doar R\$ 792 mil para restaurar igreja na Palestina. Continuação da apreciação do relatório do senador Humberto Costa (PT-PE). Plenário 13 da ala Alexandre Costa, no Senado

11 horas

Comissão Externa sobre a Crise na Venezuela

Reunião dos Membros da Comissão Externa da Crise de Imigração de Venezuelanos em Roraima com o Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, Rogério Augusto Viana Galloro. Edifício Sede da Polícia Federal (DF)

13 horas

Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia

Eleição dos vice-presidentes.

Plenário 15

14 horas

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 6

14 horas

Comissão de Esporte

Votação de requerimentos.

Plenário 4

14 horas

Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência

Votação de requerimentos.

Plenário 13

14 horas

Comissão Especial sobre Regulação de Moedas Virtuais pelo Banco Central (PL 2303/15)

Votação de requerimentos.

Plenário a definir

14 horas

Comissão Mista sobre a MP 818/18

Medida provisória que amplia o prazo para o desenvolvimento urbano integrado.

Audiência pública sobre o tema.

Foram convidados, entre outros, os representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas do Pará; Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de

Pernambuco; Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba.

Plenário 6 da ala Nilo Coelho, no Senado

14h30

Comissão Especial sobre o Marco Regulatório da Economia Colaborativa

Audiência pública para debater mobilidade urbana e votação de requerimentos.

Foram convidados representantes das plataformas GetNinjas, DogHero, Consulta do Bem, Diligeiro e Paytalk.

Plenário 9

14h30

Comissão Especial sobre Licitações (PL 1292/95)

Audiência pública para debater o PL 1292/95 e apensados e votação de requerimentos.

Foram convidados, entre outros, representante da Transparência Internacional, Guilherme France; o especialista sênior em licitações do Banco Mundial, Sinuê Aliram; o doutor e mestre em Direito



Administrativo Rafael Ramires Araújo Valim.

Plenário 14

14h30

Comissão Especial sobre as Agências Reguladoras (PL 6621/16)

Apresentação do plano de trabalho, votação de requerimentos e eleição dos vice-presidentes da comissão.

Plenário a definir

14h30

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Remanescente da reunião anterior do conselho.

Plenário a definir

14h30

Comissão Mista sobre a MP 813/17

Medida provisória que permite saque do PIS/Pasep com idade de 60 anos.

Apreciação do relatório do senador Lasier Martins (PSD-RS).

Plenário 7 da ala Alexandre Costa, no Senado

14h30

Comissão Mista sobre a MP 814/17

Medida provisória que abre caminho para a privatização da Eletrobras.

Apreciar e debater a Medida Provisória e as emendas apresentadas.

Plenário 13 da ala Alexandre Costa, no Senado

15 horas

Comissão do Esporte

Audiência pública para discutir os esportes de criação nacional.

Foram convidados: os presidentes da Comissão Atlética Brasileira de Artes Marciais Mistas (CABMMA), Rafael Thomaz Favetti; da Associação Brasileira de Surf na Pororoca, Noélio Sobrinho; da Federação Goiana de Biribol, Miguel Frausino Pereira Junior; o criador do Zaccaro Ball, Sergio Zaccaro; os criadores do Manbol, Rui Hildebrando; criadores do Sorvebol, Cláudio Gomes Mendes; e representantes das modalidades futsal, futevôlei, capoeira, futebol de saco (futsac), frescobol, tapembol e peteca.

Plenário 4

15h30

Comissão Mista sobre a MP 821/18

Medida provisória que cria o Ministério Extraordinário da Segurança Pública.

Apreciação do plano de trabalho e votação de requerimentos.

Plenário 9 da ala Alexandre Costa, no Senado

16 horas

Votações em Plenário

Propostas remanescentes do dia anterior.

Plenário Ulysses Guimarães

QUINTA-FEIRA (12)

9 horas

Votações em Plenário

Propostas remanescentes do dia anterior.

Plenário Ulysses Guimarães

9h05

Sessão Solene



Homenagem aos Dez Anos de Criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Plenário Ulysses Guimarães

14 horas
Plenário
Sessão de debates.
Plenário Ulysses Guimarães

SEXTA-FEIRA (13)

9 horasPlenárioSessão de debates.Plenário Ulysses Guimarães

Link: http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/555584-AGENDA-DA-SEMANA.html

2. PODER LEGISLATIVO -



2.1 PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

Pauta do Plenário tem segurança pública, educação e justiça eleitoral

São cinco os projetos de lei já pautados para votação no Plenário do Senado nesta terça-feira (3). As propostas tratam de temas variados, como a proibição de cortes nos recursos destinados à segurança pública; a obrigatoriedade de bibliotecas em escolas de educação básica e a competência da justiça eleitoral em questões relacionadas a disputadas infrapartidárias.

O primeiro item da pauta é o <u>PLS 181/2017-Complementar</u>, do senador Romero Jucá (PMDB-RR), que dá à justiça eleitoral competência para examinar ações que tratem de disputa intrapartidária. De acordo com o projeto, ao julgar ações envolvendo disputas nos partidos ou a validade de atos partidários, a justiça eleitoral não deverá se manifestar sobre a oportunidade ou a conveniência da decisão tomada. Terá de se limitar a examinar a sua validade formal, o seu enquadramento na legislação eleitoral e o respeito aos direitos dos filiados.

Eunício e Jungmann se reúnem para discutir segurança no Ceará

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, reuniu-se, nesta quinta-feira (5), com o governador do Ceará, Camilo Santana, e com o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann. Na pauta do encontro a questão da segurança pública no estado. O Ceará receberá o primeiro Centro Integrado de Inteligência do Nordeste. A unidade será a primeira de cinco que serão implantadas no país e integradas a um centro nacional em Brasília para combater o crime organizado

— O governador pediu que fosse agilizada a instalação do Centro. Além disso, conversamos também sobre o pedido de liberação pelo Exército de 13 mil armas compradas pelo governo. Vou solicitar, por meio do ministro da Defesa, que seja agilizada a liberação dessas armas porque é muito importante para o Ceará — explicou Jungmann.

Pauta do Plenário tem projetos voltados para educação e segurança pública

A pauta do Plenário da próxima semana tem projetos voltados para a segurança pública e para a educação. Poderá ser votado o projeto que proíbe a limitação de empenho de movimentação



financeira dos recursos destinados à segurança pública no orçamento da União (PLS <u>90/2007 — Complementar</u>).

Na semana passada, foi aprovado o regime de urgência para o projeto. A proposta é de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e tramitava em conjunto com outros projetos de teor semelhante. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, destacou a importância de se dar urgência à matéria, uma vez que o Senado tem se preocupado com a pauta de segurança

Pública.

3. PODER JUDICIÁRIO

3.1 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

<u>Plenário decidirá se é constitucional aumento de pena para crime contra a honra de servidor público</u>

A decisão foi tomada em questão de ordem na AP 891, em que o senador Ivo Cassol responde por suposta ofensa à honra de um procurador da República. A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta terça-feira (3) submeter ao Plenário a Ação Penal (AP) 891, na qual o senador Ivo Cassol (PP/RO) é réu pela prática do crime de calúnia, previsto no artigo 138 do Código Penal (CP), por suposta ofensa à honra do procurador da República Reginaldo Pereira da Trindade.

A decisão foi tomada em questão de ordem suscitada pelo relator da ação penal, ministro Marco Aurélio, sobre a necessidade de o Plenário do STF se pronunciar se o crime de calúnia (artigo 138 do Código Penal) praticado contra a honra de um servidor público, no exercício de suas funções, pode ser objeto de aumento de pena, conforme previsto no artigo 141, incisos II e III, do CP. Segundo o ministro, é necessário que o Plenário assente se há harmonia ou não desse dispositivo do Código Penal com a Constituição Federal, uma vez que cria distinção entre o servidor público e qualquer outro cidadão.

<u>Direto do Plenário: STF nega habeas corpus preventivo ao ex-presidente Lula</u>

Por maioria, o Plenário negou pedido da defesa que buscava garantir ao ex-presidente o direito de recorrer em liberdade até julgamento de todos os recursos cabíveis contra a sua condenação. Em decisão majoritária, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) negou o Habeas Corpus (HC) 152752, por meio do qual a defesa do ex-presidente Lula buscava impedir a execução provisória da pena diante da confirmação pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) de sua condenação pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O colegiado também, por maioria, rejeitou pedido da defesa para estender a duração de salvo-conduto concedido a Lula na sessão do último dia 22 de março.



STF reconhece a transgêneros possibilidade de alteração de registro civil sem mudança de sexo

O Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu ser possível a alteração de nome e gênero no assento de registro civil mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo. A decisão ocorreu no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275, encerrado na sessão plenária realizada na tarde desta quinta-feira (1º).

A ação foi ajuizada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) a fim de que fosse dada interpretação conforme a Constituição Federal ao artigo 58 da Lei 6.015/1973, que dispõe sobre os registros públicos, no sentido de ser possível a alteração de prenome e gênero no registro civil mediante averbação no registro original, independentemente de cirurgia de transgenitalização.

Todos os ministros da Corte reconheceram o direito, e a maioria entendeu que, para a alteração, não é necessária autorização judicial.

Ministra Cármen Lúcia participa de encontro sobre segurança pública no Palácio do Planalto

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Cármen Lúcia, participou nesta quinta-feira (1º) de encontro promovido pelo presidente Michel Temer com os governadores no Palácio do Planalto para tratar da segurança pública. "Essa reunião talvez seja a demonstração pública de que estamos todos juntos nos esforçando para fazer o melhor. Tudo que a gente fizer será exatamente para dar cumprimento à Constituição Federal, que completa 30 anos neste ano", afirmou.

De acordo com a ministra, que falou logo após o presidente Temer abrir o encontro, a democracia deve assegurar ao cidadão um sistema que lhe assegure o direito ao sossego. "A insegurança faz com que o cidadão não acredite no seu país, no Estado e que a democracia vale a pena. Nesta reunião, estamos buscando as políticas públicas necessárias para que as pessoas tenham esse direito", disse.

3.2 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Município terá de custear internação de adolescente em clínica para dependentes

A Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou, por unanimidade, acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) que deferiu tutela antecipada para que a prefeitura de Governador Valadares (MG) disponibilize ou custeie internação compulsória de um adolescente em clínica pública ou particular especializada em dependência química. A internação foi indicada por médicos.

Pela decisão do TJMG, que acolheu pedido do Ministério Público de Minas Gerais, o município terá de pagar multa diária caso não cumpra a ordem judicial. Para o tribunal, todos os entes federados têm competência comum para prestação dos serviços de saúde e respondem solidariamente pela garantia desse direito social.

Visita a preso não pode ser limitada pelo grau de parentesco



A Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em julgamento unânime, entendeu não ser razoável a determinação da autoridade penitenciária que imponha limitação do grau de parentesco das pessoas que podem visitar o preso na cadeia.

O entendimento foi firmado pela turma ao julgar recurso em mandado de segurança de uma tia que pretendia ter direito a figurar no rol de visitantes do sobrinho, preso em regime fechado na penitenciária Nestor Canoa, em Mirandópolis (SP).

A tia teve o direito negado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, com base em uma resolução da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) que limita as visitas de parentes àqueles até o segundo grau, ao cônjuge e ao companheiro ou companheira, só admitindo a inclusão de parentes mais distantes no rol de visitas se nele não constassem os mais próximos.

A recorrente alegou que a conduta fere o **artigo 41**, X, da Lei de Execução Penal (LEP) e os princípios da dignidade humana e da personalização da pena, já que os parentes mais distantes são penalizados com a privação de visita ao reeducando.

6. ASSUNTOS DE INTERESSE DA FENEME

SEMINÁRIO NACIONAL DE OFICIAIS MILITARES ESTADUAIS - FLORIANÓPOLIS/SC

O Seminário Nacional de Oficiais Militares Estaduais realizados de 05 a 06 de abril de 2018 (quinta e sexta-feira) em Florianópolis – SC, evento promovido pela Associação de Oficiais PM e BM Capitão Osmar Romão da Silva – ACORS, entidade filiada à FENEME e presidida pelo Coronel PMSC Sell e contou com centenas de Oficiais de todo Brasil conforme programação contida no link: http://www.seminariodeoficiais.com.br/.

Na Ocasião, além de outros, o presidente e o Diretor de Assuntos Jurídicos da FENEME Coronel Marlon e Coronel Miler, respectivamente, proferiram palestra aos presentes sobre: PANORAMA POLÍTICO INSTITUCIONAL. Ambos realizaram uma atualização da situação atual nacional em relação as Instituições Militares Estaduais e do DF e seus militares integrantes.

7. CURTA E SIGA A FENEME NAS REDES SOCIAIS

Facebook: https://www.facebook.com/secretariofeneme.feneme

Twitter: https://twitter.com/realfeneme

Sites: www.feneme.org.br / www.ciclocompleto.com.br



Brasília, 09 de abril de 2018.



OUTRAS RELATORIOS E COMUNICACOES COMPLEMENTARES AO PRESIDENTE DA ENTIDADE, PARA OS ENCAMINHAMENTOS NECESSARIOS.INFORMACOES RELEVANTES E ESTRATEGICAS PARA A FENEME NO AMBITOS DOS PODERES, ORGAOS E INSTITUICOES, ESTAO SENDO REPASSADAS VIA